



CÓPIA DE PROCESSO

2025-PZM0L

Disponível em <https://e-docs.es.gov.br/p/2025-PZM0L>



RESUMO DO PROCESSO

DOAÇÃO DE TERRENO PARA A AMPLIAÇÃO DA EEEFM AGOSTINHO AGRIZZI, LOCALIZADA NO DISTRITO DE JACIGUÁ, MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA E AUDITÓRIO, OBJETIVANDO MELHORAR AS INSTALAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, COM VISTAS A ATENDER A RESOLUÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CEE Nº 3.777/2014 (Processo original 1543/2024)

DADOS DA CÓPIA

Cópia gerada em: **27/06/2025 12:50:57** - Horário de Brasília - UTC-3
Por: [REDACTED] (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)

DOCUMENTOS DO PROCESSO INCLUSOS NA CÓPIA (10)			
#	DOCUMENTO	INCLUSO?	PÁGINAS
#1	2025-BBFX4G - TERMO DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO 2025-PZM0L	Sim	1
#2	2025-G31B9F - Processo 1543-2024	Sim	33
#3	2025-ZBQVDJ - Termo de doação 001-2025	Sim	5
#4	2025-KBR922 - TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L	Sim	1
#5	2025-80KJ9J - TERMO DE DESPACHO DO PROCESSO 2025-PZM0L	Sim	1
#6	2025-5TPLZ1 - TERMO DE DESPACHO DO PROCESSO 2025-PZM0L	Sim	1
#7	2025-X55GHN - Termo de doação	Sim	5
#8	2025-7HRWNJ - TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L	Sim	1
#9	2025-B2HGZL - Publ Termo de doação	Sim	4
#10	2025-JQXGH0 - TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L	Sim	1



TERMO DE AUTUAÇÃO DE PROCESSO

2025-PZM0L

Disponível em <https://e-docs.es.gov.br/p/2025-PZM0L>



RESUMO

DOAÇÃO DE TERRENO PARA A AMPLIAÇÃO DA EEEFM AGOSTINHO AGRIZZI, LOCALIZADA NO DISTRITO DE JACIGUÁ, MEDIANTE A CONSTRUÇÃO DE QUADRA POLIESPORTIVA E AUDITÓRIO, OBJETIVANDO MELHORAR AS INSTALAÇÕES DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO, COM VISTAS A ATENDER A RESOLUÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – CEE Nº 3.777/2014 (Processo original 1543/2024)

Realizado em: **24/02/2025 13:50:48** - Horário de Brasília - UTC-3

LOCAL

PMVA - SEGAB - ACONV - ASSESSORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

INTERESSADOS (2)

PMVA - SEGAB - ACONV - ASSESSORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PMVA - SEGAB - SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE

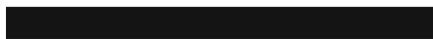
DOCUMENTOS ENTRANHADOS (2)

#1 - 2025-BBFX4G - TERMO DE AUTUAÇÃO DO PROCESSO 2025-PZM0L

#2 - 2025-G31B9F - Processo 1543-2024

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:



ASSESSOR

ACONV - SEGAB - PMVA

assinado em 24/02/2025 13:50:48 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 24/02/2025 13:50:48 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por [REDACTED] (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

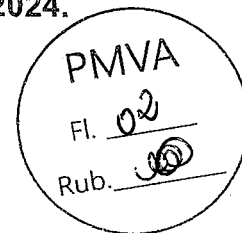
A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-BBFX4G>



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

OF/SEDU/GS/Nº 491

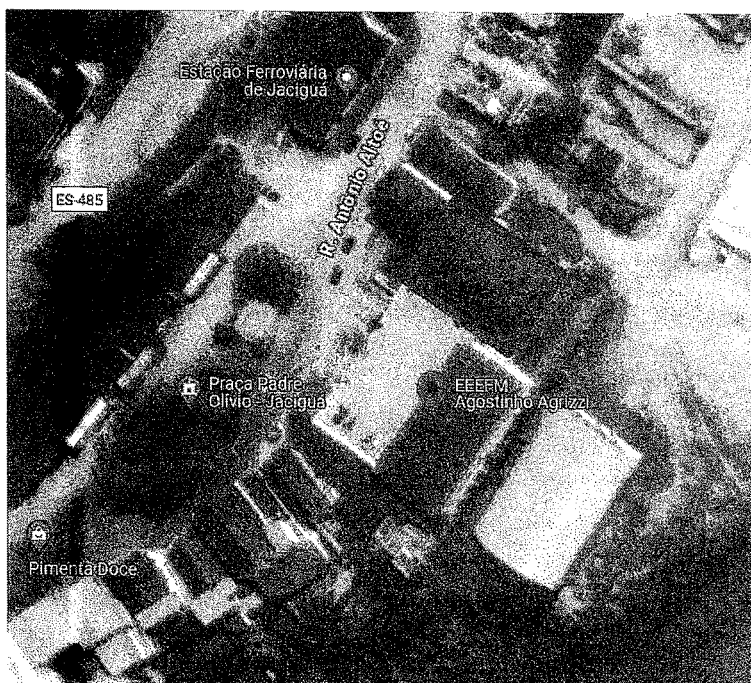
Vitória, 12 de março de 2024.



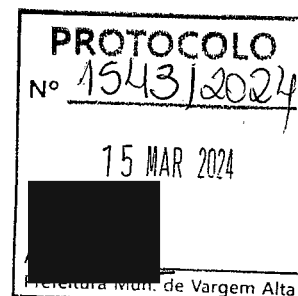
Senhor Prefeito,

Ao tempo que cumprimentamos V. Ex.^a, solicitamos a doação de um terreno vizinho à EEEFM Agostinho Agrizzi, localizado no Distrito de Jaciguá, pertencente a essa Municipalidade.

Apresentamos, a seguir, imagem aérea para melhor compreensão quanto à localização do terreno requerido demarcado em vermelho:



Fonte: Google Maps



A presente solicitação visa a ampliação da escola supramencionada, mediante a construção de quadra poliesportiva e auditório, objetivando melhorar as instalações dessa Instituição de Ensino, com vistas a atender a Resolução do Conselho Estadual de Educação - CEE nº 3.777/2014.

Ao Exm.º Senhor

Prefeito Municipal de Vargem Alta



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Sendo assim, convictos de que tal medida contribuirá para o desenvolvimento de toda a comunidade escolar do município, colocamo-nos ao seu dispor para quaisquer outras informações que se fizerem necessárias e apresentamos-lhe nossas cordiais saudações.


Secretário de Estado da Educação

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

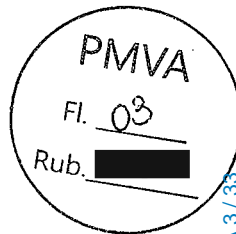
SECRETARIO DE ESTADO
SEDU - SEDU - GOVES
assinado em 12/03/2024 18:21:01 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 12/03/2024 18:21:01 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por [REDACTED] SUPERVISOR I - GS - SEDU - GOVES)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2024-ZG4QNR>



PROCESSO:

1543/24

FOLHA: 04

RUBRICA:

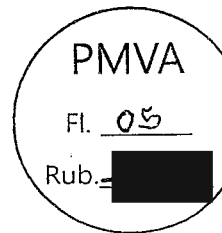
15/03/2024 - Ao setor de Patrimônio,

Para anexar os documentos do imóvel mencionado, após
ao setor de Convênios, para prosseguimento.

Prefeito Municipal

Autorizado

19/03/2024 - Documentos anexados, ao setor
de convênios para andamento.



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
COMARCA DE VARGEM ALTA

AUTO DE IMISSÃO DE POSSE
PROCESSO Nº 0000260-26.2022.8.08.0061

Aos vinte e oito dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, na Praça Padre Olivio, Distrito de Jaciguá, Vargem Alta, onde compareci, eu Oficial de Justiça, abaixo assinado, em cumprimento do mandado, que me foi entregue, devidamente assinado pelo MM. Juiz de Direito, Dr. [redacted], após as formalidades legais **imiti** o requerente MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA na posse o imóvel indicado no mandado, abaixo descrito:

01- UMA ÁREA DE TERRENO COM EDIFICAÇÕES MEDINDO 674,05 M² (seiscentos e setenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados) e com um perímetro de 114,13 m (cento e quatorze metros e treze centímetros quadrados).

Feita a imissão, lavrei este auto, que vai assinado por mim, Oficial de Justiça e pelo representante da requerente na pessoa da [redacted] OAB/ES 18064, Procuradora Geral do Município.

[redacted]
Oficial de Justiça

[redacted]
PREFEITURA MUNICIPAL DE V. ALTA

Tipo:

Número Ato Cartorário:

Verificar

Confirmação da Autenticidade do Documento
Consulta realizada em 28/03/2022 às 17:08 horasESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
VARGEM ALTA - VARA ÚNICA
FÓRUM DES. CARLOS SOARES PINTO ABOUDIS
AV. TUFFY DAVID, n.º 373, CENTRO - VARGEM ALTA/ES - CEP: 29295-000
FONE/FAX: (28) 3528-1135
Telefone(s): (28) 3528-1135
Email: varaunica-valta@tjes.jus.brCERTIFICO E DOU FÉ que este mandado foi remetido
à Central de Mandados para distribuição

DATA:

PROCESSO Nº 0000260-26.2022.8.08.0061
AÇÃO: 90 - Desapropriação
REQUERENTE(S): MUNICIPIO DE VARGEM ALTARéu: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE
JACIGUÁEndereço(s): PRAÇA PADRE OLÍVIO, S/N, Jaciguá (Vargem Alta) - ES
CEP: 29297000MANDADO DE
IMISSÃO DE POSSEMM. Juiz(a) de Direito da Comarca de VARGEM ALTA - VARA ÚNICA do Estado do
Espírito Santo, por nomeação na forma da lei etc.
Manda a qualquer Oficial de Justiça deste juízo a quem este couber por distribuição, que
proceda às diligências necessárias ao integral cumprimento do presente mandado na
forma e prazo legais.

FINALIDADE

a) INTIMAÇÃO DO(A) REQUERIDO(A) para ciência da decisão liminar,
que deferiu a imissão provisória na posse do imóvel abaixo descrito
em favor da autora.b) IMISSÃO DE POSSE EM FAVOR DO(S) REQUERENTE(S) do imóvel
abaixo descrito, conforme determinado na r.Decisão de fls. 26/27 exarada
nos autos supramencionados.c) CITAÇÃO DO(S) REQUERIDO(S) de todos os termos da presente
ação para, querendo, oferecer contestação, entregando-lhe cópia do
mandado e da petição inicial.

ADVERTÊNCIAS

a) PRAZO: O prazo para contestar a presente ação é de 15 (quinze) dias,
contados da data da juntada deste aos autos.b) REVELIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela
parte requerida como verdadeiros os fatos alegados na inicial, salvo no
que diz respeito aos direitos indisponíveis.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Uma área de terreno com edificações medindo 674,05.m² (seiscentos e
setenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados) e com um
perímetro de 114,13m (cento e quatorze metros e treze centímetros
quadrados). Localizada no Distrito de Jaciguá, neste município.

DILIGÊNCIAS COMPLEMENTARES

Segue Contato da PGM, para que o Oficial de Justiça agende dia e hora para
que essa acompanhe a diligência de imissão de posse.TEL: (28) 3528-1900 (Prefeitura) / (28) 99881-4564. Email:
pmgvalta@gmail.com.

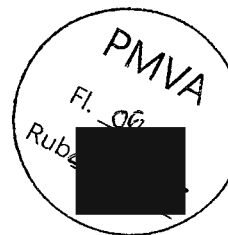
ANEXO

Decisão.

Cópia da petição inicial.

VARGEM ALTA-ES, 28/03/2022

JUIZ(A) DE DIREITO

Este documento foi assinado eletronicamente por JOSE PEDRO DE SOUZA NETTO em
28/03/2022 às 16:00:36, na forma da Lei Federal nº. 11.419/2005. A autenticidade
deste documento pode ser verificada no site www.tjes.jus.br, na opção "Consultas -
Validar Documento (EJUD)", sob o número 06-3600-6922565.

Verificação de autenticidade de Documentos Eletrônicos

Tipo:

Número do Ato Judicial:

Verificação

Confirmação da Autenticidade do Documento
Consulta realizada em 28/03/2022 às 17:12 horas

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PODER JUDICIÁRIO
VARGEM ALTA - VARA ÚNICA

DECISÃO

AÇÃO : 90 - Desapropriação
Processo nº: 0000260-26.2022.8.08.0061
Autor: MUNICIPIO DE VARGEM ALTA
Réu: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE JACIGUA

Visto em Inspeção 2022.

Tratam os autos de Ação de Desapropriação por interesse público movida por MUNICIPIO DE VARGEM ALTA em face de ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE JACIGUA.

Requer a autora seja deferida medida de imissão provisória na posse.

O Município de Vargem Alta declarou de utilidade pública a área exproprianda e caráter de urgência no procedimento de imissão de posse, através do Decreto nº 4632, de 03 de fevereiro de 2022.

A área escopo dos autos será utilizada para fins de educação, cultura, esportes e lazer, portanto, a urgência do pedido é latente, vez que trata-se de direito constitucional.

O art.15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, dispõe que:

Art. 15. Se o expropriante alegar urgência e depositar quantia arbitrada de conformidade com o art. 685 do Código de Processo Civil, o juiz mandará imiti-lo provisoriamente na posse dos bens;

Diante do valor da indenização apurado às fls. 22/23 dos autos, o qual perfaz o montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), intime-se o Expropriante para que, no prazo de 3 (três) dias, depositar o valor em conta judicial, a título provisório.

Após o depósito da importância acima referida, nos termos do artigo 15 do Decreto-Lei nº 3.365/41, defiro a imissão provisória na posse do bem expropriado.

Expeça-se, após o depósito, mandado de citação, intimação, imissão de posse, devendo constar no mandado o contato da PGM 28.3528-1900 (Prefeitura), 28.98881-4564, além do e-mail pgmvalta@gmail.com, para que o Oficial de Justiça marque dia e hora para que o Requerente acompanhe a diligência de imissão de posse. A imissão deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias após o depósito do valor alhures mencionado.

Oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis competente, para averbar a imissão provisória de posse do imóvel escopo dos autos, com cópia da inicial e de fls. 52v e 53, consoante o disposto no art.15, §4º, do Decreto-lei 3.365/41.

Não obstante, importa esclarecer que considera-se sempre provisória a imissão na posse nos casos de desapropriação, alertando, ainda, tratar-se apenas da posse, e não da propriedade, tendo em vista a avaliação provisória do justo valor do bem e um pagamento também provisório da indenização.

Citem-se na forma do art. 16 e 19 do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Não concordando com o valor, venham-me os autos conclusos para nomeação de perito.

Intimem-se. Diligencie-se.

VARGEM ALTA, 15 DE MARÇO DE 2022.

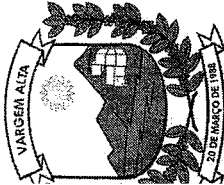
JUIZ(A) DE DIREITO



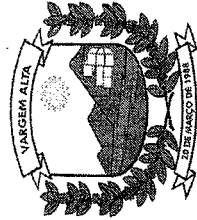
20.000,00



Este documento foi assinado eletronicamente por JOSE PEDRO DE SOUZA NETTO em 15/03/2022 às 08:12:27, na forma da Lei Federal nº. 11.419/2006. A autenticidade



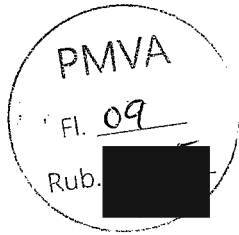
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Governo do Estado do



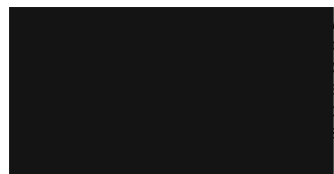
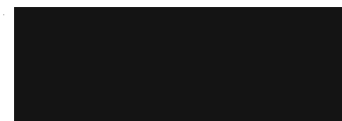
HISTÓRICO PATRIMONIAL

Tombamento	000007695		
Especificação	AQUISIÇÃO DE AREA DE 674,05M² EM JACIGUA		
Descrição	REFERENTE A AQUISIÇÃO DE ÁREA DE 674,05M² DE PROPRIEDADE DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE JACIGUA. FOI PAGO PODER JUDICIARIO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO.		
Operação	Aquisição		
Data	Código	Descrição	Valor

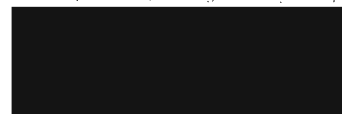
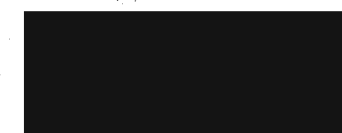
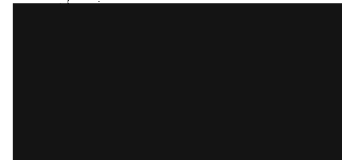
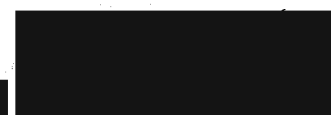
08/03/2022	0000251	ASSOCIACAO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIA JACIGUA	20.000,00
			20.000,00
			20.000,00



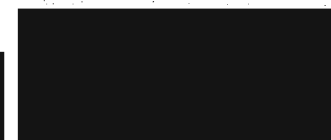
6

DECRETO Nº 068-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 069-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 070-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 071-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 072-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 073-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 074-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 075-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 076-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 077-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 078-S, DE
01.01.2019.

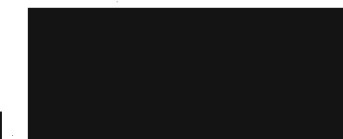
Protocolo 451774

DECRETO Nº 079-S,
01.01.2019.DECRETO Nº 080-S,
01.01.2019.DECRETO Nº 081-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 082-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 083-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 084-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 085-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 086-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 087-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 088-S, DE
01.01.2019.

Protocolo 451775

DECRETO Nº 089-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 090-S, DE 01.01.
2019.DECRETO Nº 091-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 092-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 093-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 094-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 095-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 096-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 097-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 098-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 099-S, DE
01.01.2019.

Protocolo 451776

DECRETO Nº 100-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 101-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 102-S, DE
01.01.2019.DECRETO Nº 103-S, DE
01.01.2019.FIMIVA
Fl. 10
Rub. 65



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

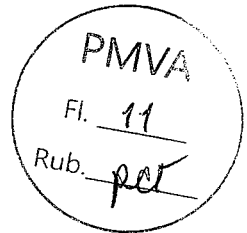
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
27.080.563/0001-93
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
30/12/1974NOME EMPRESARIAL
ESPIRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAOTÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
ES SEDUPORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.20-1-00 - Ensino médioCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
Não informadaCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
102-3 - Órgão Público do Poder Executivo Estadual ou do Distrito FederalLOGRADOURO
AV CEZAR HILALNÚMERO
1111COMPLEMENTO
*****CEP
29.056-085BAIRRO/DISTRITO
SANTA LUCIAMUNICÍPIO
VITORIAUF
ESENDEREÇO ELETRÔNICO
FINANCEIRO@SEDU.ES.GOV.BR

TELEFONE

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
ESSITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
*****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 21/03/2024 às 16:25:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Voltar

Imprimir

PMVA

Fl. 12

Sub. pet



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

Razão

Social:

Endereço:

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO - SEDU

AV CESAR HILAL 1111 / PRAIA DO SUA / VITORIA / ES / 29052-231

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 12/03/2024 a 10/04/2024

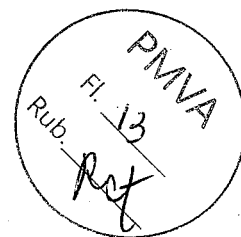
Certificação Número: 2024031218143522020636

Informação obtida em 21/03/2024 16:31:58

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **ESPIRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO**
CNPJ: [REDAZIDO]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. constam nos sistemas da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) débitos inscritos em Dívida Ativa da União (DAU) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 do CTN, ou garantidos mediante bens ou direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

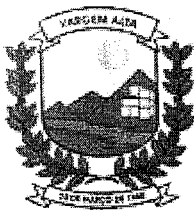
Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:39:05 do dia 17/10/2023 <hora e data de Brasília>.

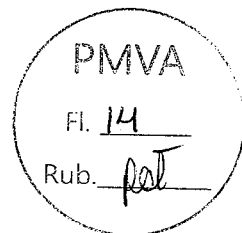
Válida até 14/04/2024.

Código de controle da certidão: **2290.9CAE.166C.2794**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICÍPIO VARGEM ALTA - ES
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTOS DE TRIBUTOS



CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS COM EFEITO DE NEGATIVA

Nº 854 / 2024

CONCEDIDO À

Nome/Razão Social: ESPIRITO SANTO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal exigir valores relativos a tributos municipais e seus acréscimos legais, bem como em razão de posterior lançamento ou apuração, ou decorrentes de inexatidão da informação prestada pelo contribuinte ou, ainda, do restabelecimento da exigibilidade do crédito tributário, inclusive quando objeto de processo administrativo tributário e/ou acordo de parcelamento.

As certidões fornecidas não excluem o direito da Fazenda Municipal cobrar, quaisquer débitos que, posteriormente, venham ser apurados.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Vargem Alta, na Internet, no endereço <https://www.vargemalta.es.gov.br/>

Emitida em: 21/03/2024

Validade: 60 dias

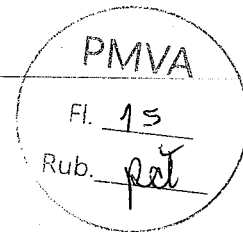
MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA - ES, Quinta-feira, 21 de Março de 2024

Chave de validação: d252a00e-80ea-4947-93c6-bbbc62a80674



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo



TERMO DE DOAÇÃO N.º XXX/2024
Processo 1543/2024

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados, de um lado, **MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.723.570/0001-33, com sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro, Vargem Alta – ES, CEP: 29.295-000, neste ato representado por [REDACTED]

[REDACTED] doravante denominado **DONATÁRIO** e a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o [REDACTED] com sede na Av. Cezar Hilal, 1111, Santa Lúcia, Vitória – ES, CEP: 29.056-085, neste ato representada por [REDACTED]

[REDACTED] doravante denominado (a) **DOADOR**, resolvem firmar o presente **TERMO DE DOAÇÃO**, amparados pela Lei Municipal N.º xxxxx, de xxx, de xxxxxxxxxxxxxxxx de 20xx e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto deste **TERMO DE DOAÇÃO** o bem imóvel abaixo relacionado, pertencente ao município de Vargem Alta:

1.1.1 Uma área de terreno com edificações medindo 674,05 m² (seiscentos e setenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados) e com um perímetro de 114,13 m (cento e quatorze metros e treze centímetros quadrados), localizado na Praça Padre Olívio, s/n, Jaciguá, Vargem Alta – ES (Auto de imissão de posse – Processo nº 0000260-26.2022.8.08.0061). **Patrimônio nº 7695**

1.2. A presente doação tem por finalidade a utilização do terreno para a ampliação da EEEFM Agostinho Agrizzi, localizada no distrito de Jaciguá, mediante a construção de quadra poliesportiva e auditório, objetivando melhorar as instalações da instituição de ensino, com vistas a atender a Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE nº 3.777/2014.

CLÁUSULA SEGUNDA - Das Obrigações

2.1. Para fiel cumprimento do objeto pactuado na Cláusula Primeira deste **TERMO DE DOAÇÃO**, as partes se obrigam a:

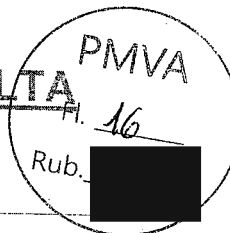
2.1.1. O DONATÁRIO,

- a) receber a propriedade do bem ora doado, mediante assinatura do Termo de Entrega e Recebimento;



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo



- b) adotar as medidas necessárias à transferência de titularidade patrimonial dos bens doados junto ao(s) órgão(s) competente(s) e suportar as despesas decorrentes da transferência, manutenção, conservação e guarda ou quaisquer outros ônus financeiros decorrentes da doação;
- c) disponibilizar os meios necessários para a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;
- d) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
- e) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) DOADOR(A);
- f) comunicar ao DOADOR(A) qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto;

2.1.2. O DOADOR

- a) transferir a propriedade dos bens concedidos, conforme relacionados na Cláusula Primeira;
- b) executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do(a) DONATÁRIO(A);
- c) acatar as orientações do(a) DONATÁRIO(A), prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
- d) observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
- e) o DOADOR não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, pela evicção do bem doado ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual;
- f) acompanhar, orientar e supervisionar a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;

CLÁUSULA TERCEIRA – Das condições especiais

3.1. O DONATÁRIO passará a ter plena e irrestrita gestão sobre os bens recebidos, sendo facultada a alienação, quando os bens objeto da doação se tornarem inservíveis ou obsoletos, observando as normas legais aplicáveis na hipótese de alienação.

3.2. Os recursos financeiros que forem arrecadados pelo DONATÁRIO, com a alienação autorizada, deverão ser obrigatoriamente e integralmente aplicados em ações que visem ao desenvolvimento local e, preferencialmente, nas mesmas finalidades estipuladas quando da doação dos bens pelo Município.

3.3. O DONATÁRIO não poderá utilizar o bem doado em desacordo com as finalidades descritas na Cláusula Primeira do presente TERMO DE DOAÇÃO, sob pena de reversão.

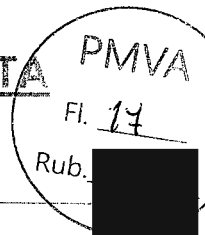
3.4. Em nenhuma hipótese, o DONATÁRIO terá direito a ressarcimento, por parte do DOADOR, das despesas com manutenção do bem, se antes não tiver havido ajuste neste sentido.

CLÁUSULA QUARTA – Da revogação, da indenização, das penalidades, da reversão e do distrato



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo



4.1. O descumprimento deste Contrato de Doação acarretará a revogação da doação, nos termos do art. 555 do Código Civil, devendo o DONATÁRIO devolver o(s) bem(ns) doado(s), arcando com os custos da devolução, e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) bem(s), no prazo de 10 dias, contados da comunicação efetuada pelo DOADOR.

4.1.1. O DONATÁRIO deverá, ainda, pagar indenização ao DOADOR no valor correspondente à depreciação do bem devolvido por ocasião da revogação, ou seu valor integral no caso de não devolução.

4.2. Constituído o débito em favor do DOADOR pela ausência de pagamento da indenização prevista na Cláusula 4.1.1, caberá a adoção das medidas judiciais e administrativas pertinentes.

4.3. Caso cessem quaisquer das razões que justificaram a doação ou ocorra qualquer inadimplemento das obrigações assumidas pelo DONATÁRIO, o(s) bem(s) reverterá(ão) ao patrimônio do DOADOR, sem qualquer direito a indenização ao DONATÁRIO e sem necessidade de qualquer medida extrajudicial ou judicial.

4.4. O presente TERMO DE DOAÇÃO poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do DOADOR, quanto do DONATÁRIO, mediante prévia manifestação da Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA QUINTA – Das vedações

5.1. Fica vedado na execução do presente TERMO DE DOAÇÃO sua utilização para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no pelo DOADOR(A);

Parágrafo único Caso algum servidor receba qualquer espécie de retribuição pecuniária ou não, diretamente do(a) DOADOR(A) como forma de pagamento pelos serviços prestados, caracterizará infração administrativa e estatutária de natureza grave a ser apurada através de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da legislação municipal vigente, sem prejuízo de eventual ação de natureza penal.

CLAUSULA SEXTA – Do Acompanhamento da Execução

6.1. O DONATÁRIO fará o acompanhamento da execução do objeto do presente TERMO DE DOAÇÃO, com a avaliação técnica relativa aos serviços executados, a fim de verificar a sua correta utilização, até o alcance dos seus objetivos.

6.2. Fica nomeado (a) o (a) servidor (a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx como gestor deste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)

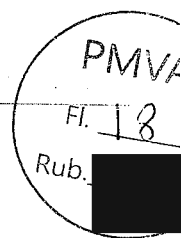
7.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da parceria firmada, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo



Testemunhas:

1 _____
Nome:

CPF:

2 _____
Nome:

CPF:

MINUTA

PROCESSO: **1543/2024**

FOLHA: 19

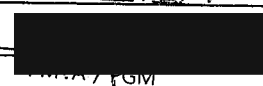
RUBRICA: pet

22/03/2024 À PGM,

Em se tratando de doação de bem público pertencente ao Município, se faz necessária autorização legislativa, nos termos Art. 19, X, da Lei Municipal 1/1990 (Lei Orgânica do Município de Vargem Alta).



RECEBEMOS EM
22/03/24





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Município

MANIFESTAÇÃO

Remeta-se ao Setor de Patrimônio para que informe se o procedimento de Registro do imóvel - via Cartório - foi finalizado, uma vez que o Auto de Imissão de Posse não é suficiente para elaboração de Projeto de Lei de doação.

Em caso positivo, seja anexado aos autos a Escritura Pública e o Registro Municipal.

Noutro giro, em caso negativo, aguarde-se até a conclusão do procedimento de registro.

Vargem Alta/ES, 04 de abril de 2024.

[Redacted Signature]

Dec. 4432/2021 - OAB/ES 34.572

PROCESSO: 1343/2024

FOLHA: 21

RÚBRICA: [assinatura]

30/07/2024 - Á PGM, informo que o registro da área correspondente já foi devidamente realizado . Em anexo, envio a matrícula atualizada do imóvel, bem como as informações relevantes sobre o mesmo para a devida análise e continuidade dos procedimentos.



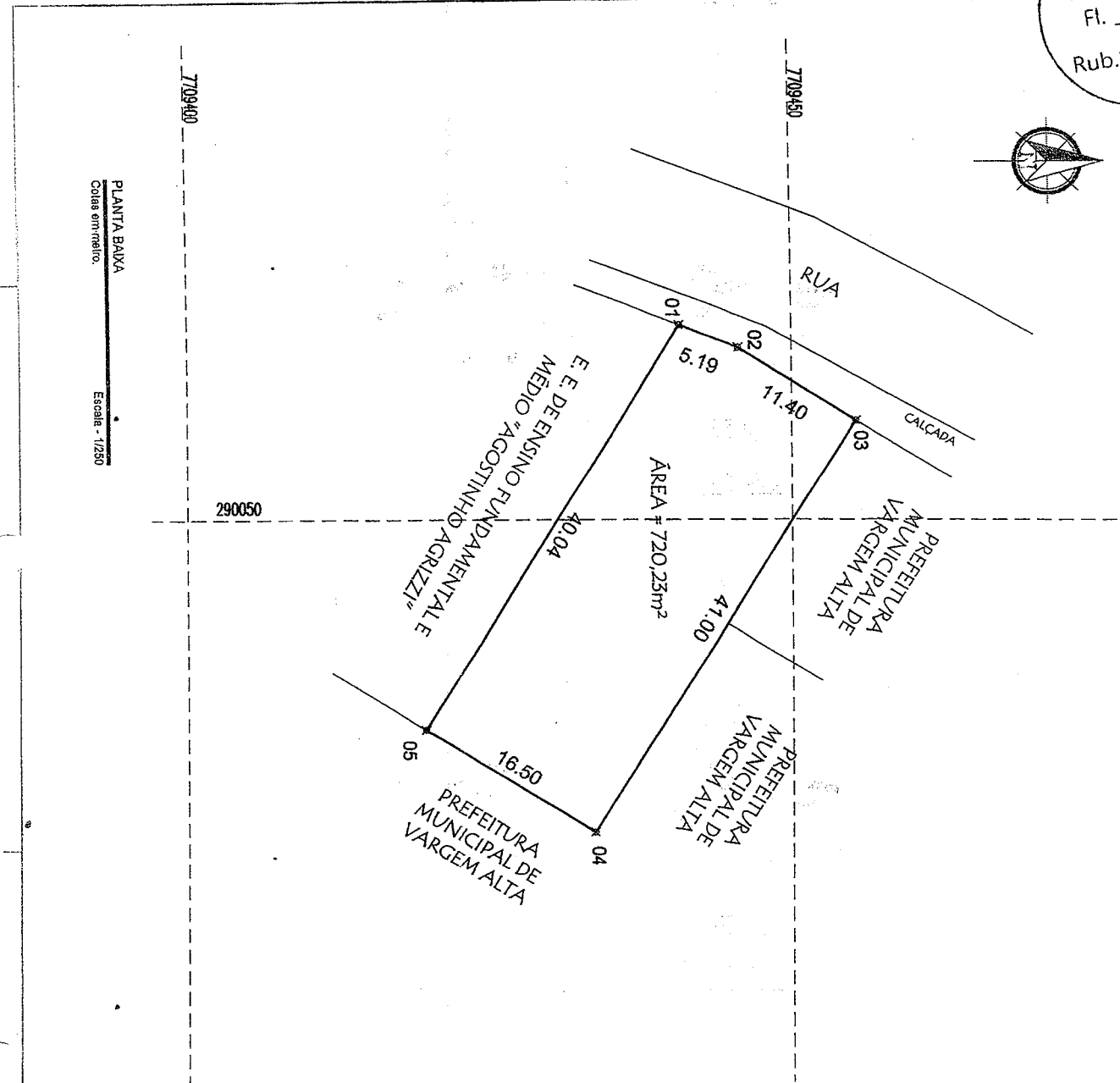
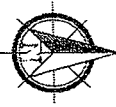
Decreto nº 3013/2023

Município de Vargem Alta - ES
Distrito de Jaciaguá

PMVA

Fl. 08

Rub.



MEMORIAL DESCRITIVO				
Alinhamento	Distância(m)	X	Y	
01 02	5,19	290033,66	7709440,74	
02 03	11,40	290035,54	7709445,57	
03 04	41,00	290041,56	7709455,25	
04 05	16,50	290076,37	7709433,58	
05 01	40,04	290067,65	7709419,58	
ÁREA TOTAL: 674,05m² - PERÍMETRO: 114,13m				

S

SÓLIDA

Consultoria, Engenharia e Serviços

Endereço: Rua Espírito Santo, 111 - JACIAGUÁ - VARGEM ALTA - ES - CEP: 29000-000

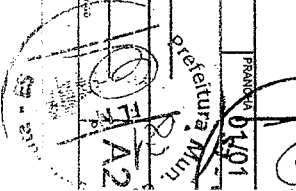
CONTEÚDO:

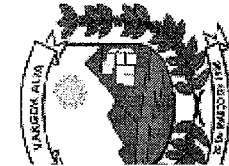
PLANTA BAIXA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

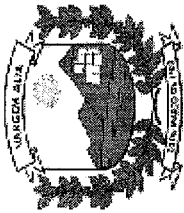
TÍTULO
LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE UMA ÁREA NO DISTRITO DE JACIAGUÁ - VARGEM ALTA - ES.

PROJETO	PROJETO TOPOGRÁFICO	REVISÃO	
ESCALA	INDICADA	DATA	NOVEMBRO/2021
DESENHO	GERALDO	PRIMEIRA	01/01
PREFEITO MUNICIPAL	ELIASSER RIBEIRO		
RESP. TÉCNICO	GERALDO BRUNO SOARES		
	ELIASSER RIBEIRO		





PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Governo do Estado do



HISTÓRICO PATRIMONIAL

Ombamento	000007695
Especific��o	AREA DE 674,05M�� EM JACIGUA
Descri��o	REFERENTE A AQUISI��O DE ��REA DE 674,05M�� DE PROPRIEDADE DA ASSOCIA��O DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DE JACIGUA. FOI PAGOPODER JUDICIARIO DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO .
Opera��o	Aquisi��o p/ desapropri��o

24/06



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Município

MANIFESTAÇÃO

Considerando que os autos só foram encaminhados a esta Procuradoria nesta data;

Considerando a disposição do art. 73, VI, a, da Lei de Eleições, que veda nos **três meses que antecedem o pleito** realizar transferência voluntária de recursos da União aos Estados e Municípios, e dos Estados aos Municípios, sob pena de nulidade de pleno direito, ressalvados os recursos destinados a cumprir obrigação formal preexistente para execução de obra ou serviço em andamento e com cronograma prefixado, e os destinados a atender situações de emergência e de calamidade pública;

Considerando que se a distribuição envolver outros entes federativos, tal ato equipara-se às transferências voluntárias e está sujeito ao período de defeso eleitoral;

Encaminho o presente para ciência e suspensão do procedimento até a finalização do pleito eleitoral.

Vargem Alta/ES, 02 de agosto de 2024.

[Redacted Signature]
Assessor Jurídico do Procurador
Dec. 4432/2021 - OAB/ES 34.572

PROCESSO: 1543/2024

FOLHA: 27

RUBRICA: p

02/07/2024 No Gabinete, com manifestação em Anexo.

02/08/2024 - Processo suspenso, visto período eleitoral.

22/10/2024 - P. PGM

Para manifestação considerando o término do período eleitoral.

RECEBEMOS EM

22/10/24

33174 / PGM

31/10/2024 No Gabinete, com manifestação em Anexo.

RECEBEMOS EM

Gabinete do Prefeito

E-DOCS - CÓPIA SIMPLES 24/02/2025 12:50 PÁGINA 24/33



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA
Estado do Espírito Santo
Procuradoria Geral do Município

MANIFESTAÇÃO

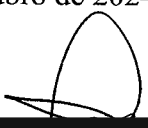

Embora na manifestação anterior tenha se atestado que a vedação seria apenas até a realização do pleito, após análise mais profunda, entende-se que a proibição se estende até o fim do mandato.

A Lei n.º 9.504/1997, em seu art. 73, § 10, estabelece restrições para doações por agentes públicos em ano eleitoral, com o objetivo de impedir o uso de bens e serviços públicos em benefício eleitoral de candidaturas específicas. Segundo a norma, fica proibida, em todo o ano eleitoral, a doação de bens e valores da administração pública, exceto em situações autorizadas por lei, como em casos de calamidade pública ou emergência.

Logo, essa Procuradoria entende que o procedimento deve ficar suspenso até o ano que vem, momento em que não haverá mais a proibição.

Importante asseverar que esta Procuradoria atém-se, tão somente, a questões relativas à legalidade, ressaltando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação pertinente.

Vargem Alta/ES, 31 de outubro de 2024.



Assessor Jurídico do Procurador
Dec. 4432/2021 - OAB/ES 34.572

PROCESSO:

1543/24

FOLHA: 29

RUBRICA: 6

01/11/2024 - Conforme parecer da Procuradoria, o processo está suspenso até 2025.

Secretaria Municipal de Gabinete - P.M.V.A

08/11/2025 - A Procuradoria,
Para manifestação.

Subsecretaria de Gabinete
Secretaria Municipal de Gabinete - P.M.V.A

RECEBEMOS EM

08/01/2024

PM



Valide aqui este documento

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE VARGEM ALTA (ES)

Oficial Titular

LIVRO Nº 2

DATA: 25 de julho de 2024

CÓDIGO NACIONAL DE MATRÍCULA

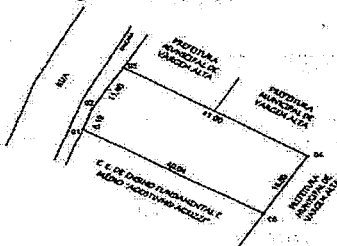
021675.2.0004475-66

FICHA 01

MATRÍCULA 4.475

CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ANEXOS DA COMARCA DE VARGEM ALTA (ES)

IMÓVEL: uma área de terreno com edificações medindo 674,05m² (seiscentos e setenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados) e com um perímetro de 114,13m (cento e quatorze metros e treze centímetros), georreferenciado ao Sistema Geodésico Brasileiro, e com vértices representados no sistema UTM, referenciadas ao meridiano central -39 WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000 e todos os azimutes, distâncias, área e perímetro no plano de projeção UTM, com descrição perimétrica a iniciar-se no vértice 01 de coordenadas N 7.709.440,74 e E 290.033,66, com a seguinte distância: 5,19m, confrontando com a Rua Projetada; deste segue até o vértice 02 de coordenadas N 7.709.445,57 e E 290.035,54, com a seguinte distância: 11,40 m, confrontando com a Rua Projetada; deste segue até o vértice 03 de coordenadas N 7.709.455,25 e E 290.041,56, com a seguinte distância 41,00m, confrontando com a Prefeitura Municipal de Vargem Alta; deste segue até o vértice 04 de coordenadas N 7.709.433,58 e E 290.076,37, com a seguinte distância 16,50 m, confrontando com a Prefeitura de Vargem Alta; deste segue até o vértice 05 de coordenadas N 7.709.419,58 e E 290.067,65, com a seguinte distância 40,04 m, confrontando com E.E. de Ensino Fundamental e Médio "Agostinho Agrizzi", chegando ao vértice inicial da descrição deste perímetro, localizada no distrito de Jaciguá, município de Vargem Alta (ES).



Perímetro: 114,13m.

Memorial Descritivo:

MEMORIAL DESCRITIVO				
Alinhamento		Distância(m)	x	y
01	02	5,19	290033,66	7709440,74
02	03	11,40	290035,54	7709445,57
03	04	41,00	290041,56	7709455,25
04	05	16,50	290076,37	7709433,58
05	01	40,04	290067,65	7709419,58

ÁREA TOTAL: 674,05m² - PERÍMETRO: 114,13m

PROPRIETÁRIO(S): não consta.

CADASTRO IPTU/PMVA: não consta.

REGISTRO ANTERIOR: não consta.

OBSERVAÇÃO: matrícula procedida para fins de registro de **DESAPROPRIAÇÃO**, Vargem Alta (ES), aos 25/07/2024, e o documento que deu origem ao ato ora praticado, prenotado conforme número 13.529 em 10/07/2024.

Selo Digital de Fiscalização: 021675.NPM2202.12202. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br/ Emolumentos R\$1.877,39, Funepj R\$187,73, Fadespes R\$93,56, Funemp R\$93,56, Funcad R\$93,56, ISS R\$93,87, Total R\$ 2.439,67.

O Oficial Titular

R.1-4.475.

Protocolo n. 13.529.

Data: 10 de julho de 2024.

Desapropriação - De acordo com a r. Sentença com resolução de mérito prolatada em 20/09/2022, pelo MM. Juiz de Direito da comarca de Vargem Alta (ES), Dr.

extraída dos autos da Ação de Desapropriação requerida pelo **MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 13.529.000/0001-00, com sede administrativa na Rua Zildio Moschen, 22, Centro, Vargem Alta (ES), em face da **ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE JACIGUÁ**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Praça Padre Olívio, s/n, distrito de Jaciguá, Vargem Alta (ES), inscrita no C.N.P.J./M.F. sob o nº 0000260-26.2022.8.08.0061, processo n. 0000260-26.2022.8.08.0061,



IO Nº 2

CÓDIGO NACIONAL DE MATRÍCULA

021675.2.0004475-66

Valide aqui
este documento

instruída com demais peças anexadas, procede-se ao registro da citada sentença, transitada em julgado em 24/11/2022, nos termos da qual o imóvel objeto da presente matrícula foi declarado expropriado em favor do Município de Vargem Alta, mediante o pagamento da indenização no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), para fins de educação, cultura, esporte e lazer. //

Observação: 1ª) Não houve recolhimento do imposto de Transmissão (isenção), conforme atesta a Guia de Transmissão da Fazenda Pública Municipal de Vargem Alta (ES), datada de 19/07/2024. //

2ª) Valor atualizado (indexado à VRTE) até a data da prenotação do título: R\$ 61.381,90. //

Vargem Alta (ES), registrado em 25/07/2024 e o documento que deu origem ao ato ora praticado, prenotado conforme número e data supra. //

Selo Digital de Fiscalização: 021675.NPM2202.12202. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br/ Emolumentos R\$1.877,39, Funepj R\$187,73, Fadespes R\$93,56, Funemp R\$93,56, Funcad R\$93,56, ISS R\$93,87, Total R\$ 2.439,67. //

O Oficial Titular

AV.2-4.475.

Protocolo n. 13.529.

Data: 10 de julho de 2024.

Averbação de IPTU - De acordo com o requerimento datado de 20/09/2022, instruído com a documentação comprobatória que ficam devidamente arquivados nesta Serventia, procede-se a esta averbação para constar que o imóvel objeto da presente matrícula encontra-se cadastrado no I.P.T.U./P.M.V.A. sob o n. 04.01.009.0212.002. //

Vargem Alta (ES), averbado em 25/07/2024 e o documento que deu origem ao ato ora praticado, prenotado conforme número e data supra. //

Selo Digital de Fiscalização: 021675.NPM2202.12202. Consulte autenticidade em www.tjes.jus.br/ Emolumentos R\$1.877,39, Funepj R\$187,73, Fadespes R\$93,56, Funemp R\$93,56, Funcad R\$93,56, ISS R\$93,87, Total R\$ 2.439,67. //

O Oficial Titular

Certifico, nos termos dos §§ 1º, 5º, 7º e 11º do artigo 19 da Lei 6.015/73, que a presente Certidão reproduz a reprodução autêntica da ficha a que se refere e foi extraída, sob forma de documento eletrônico, mediante processo de certificação digital disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº. 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e que sua via impressa também terá validade e fé pública. //

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ

Vargem Alta (ES), aos 29/07/2024 (29 de Julho de 2024). //

CERTIDÃO CCRI N. 24/000826. //

A presente certidão é válida por 30 (trinta) dias a partir da data de sua emissão, conforme disposto no inciso IV do artigo 1º do Decreto n. 93.240 de 09 de setembro de 1986, que regulamenta a Lei n. 7.433 de 18 de dezembro de 1985 c/c o artigo 497 do Código de Normas da Eg. Corregedoria Geral da Justiça do ES. //

Assinado Digitalmente por [Redacted] - Oficial Titular

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



SELO DIGITAL DE FISCALIZAÇÃO
021675.NPM2202.12260

EMOLUMENTOS (Leis 4.847/93-ES e Lei 6.670/01-ES)	= R\$ 67,38
FUNEPI (Lei Compl. 257/02-ES e Ato TJ/ES n. 677/02)	= R\$ 6,74
FADESPES (Lei Compl. 595/2011)	= R\$ 3,36
FUNEMP (Lei Compl. 682/2013)	= R\$ 3,36
FUNCAD (Lei Compl. 794/2014)	= R\$ 3,36
ISSQN (Lei Compl. 048/2017)	= R\$ 3,37
TOTAL	= R\$ 87,57

23

:011

Documento assinado digitalmente

2025-03-18 09:11:05 - Cópia Simples - 021675.2.0004475-66 - PÁGINA 28 / 33

saec

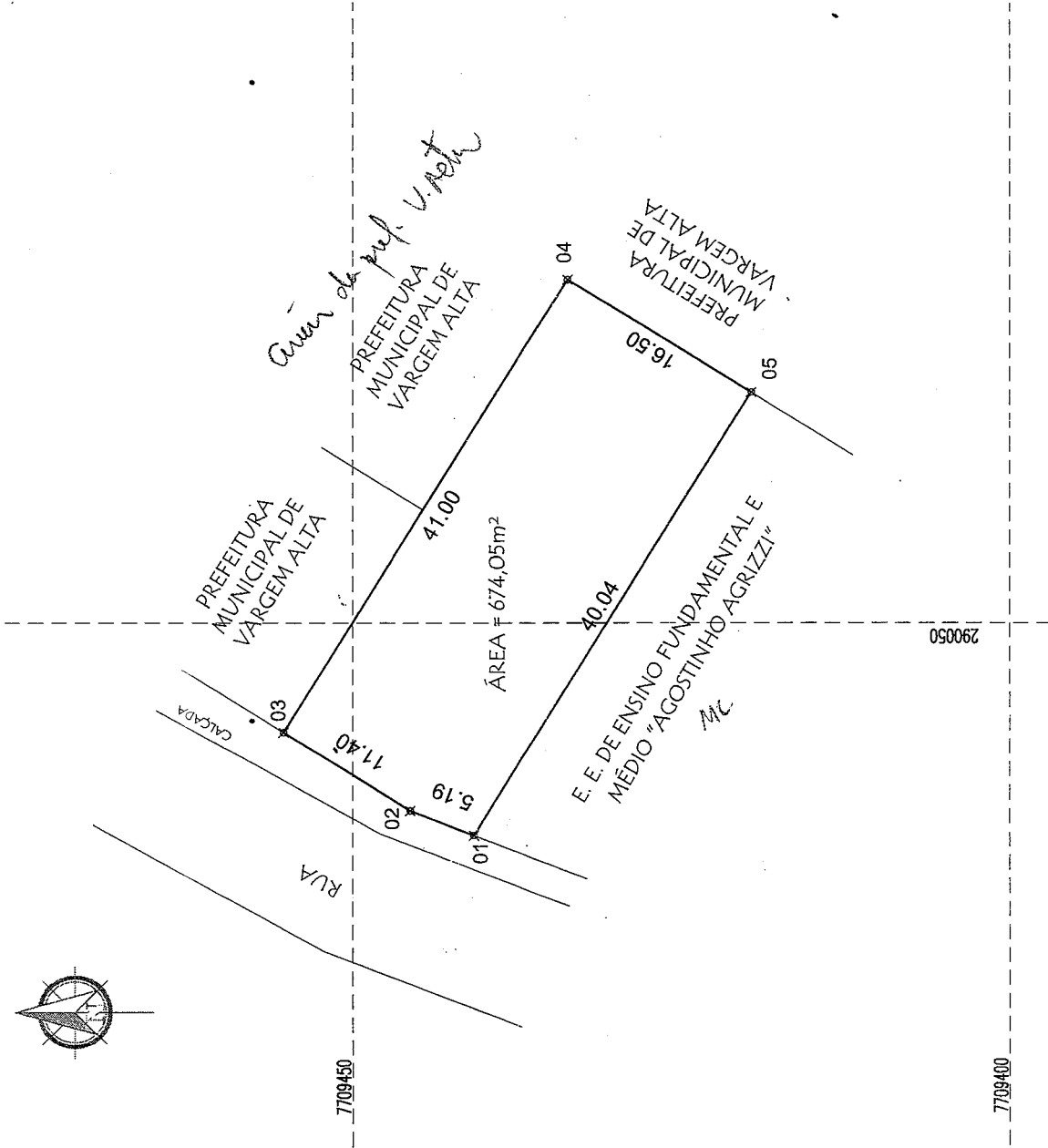
Serviço de Atendimento

EM 27/06/2025 12:50 DOCUMENTO 1 / 1 PÁGINA 30 / 54

E-DOCS - CÓPIA DO PROCESSO 2025-PZMOL GERADO POR

Município de Vargem Alta - ES

Distrito de Jaciguá



MEMORIAL DESCRITIVO				
Alinhamento	Dist��ncia(m)	x	y	
01 02	5,19	290033.66	7709440.74	
02 03	11,40	290035.54	7709445.57	
03 04	41,00	290041.56	7709455.25	
04 05	16,50	290076.37	7709433.58	
05 01	40,04	290067.65	7709419.58	

ÁREA TOTAL: 674,05m   - PERÍMETRO: 114,13m

REVIS��O	DESCRI��O	DATA
01	ELABORA��O INICIAL	24/02/2025



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

RUA VERBAADOR PEDRO ISRAEL GAVES, N   328, VARGEM ALTA, ES - CEP: 83.915-100
TEL: (031) 3284-1000 - (031) 3284-0444, CEP: 31.123-2000-033
engenharia@vargemalta.es.br



L F ARQUITETURA E ENGENHARIA

DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
RUA JOSÉ MARCO, N   82, BARRIO CILBERTO MACÊDO
CACHOEIRA, ES - CEP: 83.915-100
TEL: (031) 3284-2500 | CEP: 31.123-2000-033
lfe@lfe-arquitetura.com.br

0884111880

LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO DE UMA ÁREA LOCALIDADE DE JACIGUÁ - VARGEM ALTA-ES

PROJETO TOPOGRÁFICO

PLANTA BAIXA
Cotas em metro.

Escala - 1/250

DATA: 24/02/2025
TÍTULO DO PROJETO: PROJETO TOPOGRÁFICO DE UMA ÁREA LOCALIDADE DE JACIGUÁ - VARGEM ALTA-ES
AUTORIZA  O: LORENZO FERNANDES AGUIAR
PROJETO: 01/01
PLANTA BAIXA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

LEI Nº 1543, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2025.

**AUTORIZA O PODER EXECUTIVO
MUNICIPAL A DOAR IMÓVEL E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE VARGEM ALTA, ESTADO DO ESPÍRITO
SANTO;** faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a doar para o Poder Executivo Estadual uma área de terreno com edificações medindo 674,05 m², localizada no distrito de Jaciguá, devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Vargem Alta sob a Matrícula nº. 4.475, Livro 02, Ficha 01 e cujo memorial descritivo é objeto do anexo da presente lei.

Art. 2º O imóvel objeto da presente Lei tem destinação específica, qual seja, a ampliação da EEEFM Agostinho Agrizzi, mediante a construção de quadra poliesportiva e auditório, sem quaisquer dívidas ou ônus reais.

Parágrafo Único - A doação de que trata esta Lei fica condicionada, sob pena de nulidade, à utilização do imóvel pelo Estado aos fins previstos no caput do presente artigo.

Art. 3º As partes deverão formalizar Escritura Pública de Doação com as condições descritas na presente lei.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário

Vargem Alta-ES, 21 de fevereiro de 2025.

Digitally signed by ELIESER
RABELLO:75650193720
DN: cn=ELIESER
RABELLO:75650193720,ou=AC
SOLUTI Multiple v5.0=ICP-Brasil,c=BR
Date: 2025.02.21 14:31:27 -0300

ELIESER RABELLO

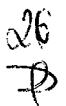
Prefeito Municipal

CNPJ 31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro - Vargem Alta - Espírito Santo- Telefones: (28)

3528-1900

CEP: 29295-000



Estado do Espírito Santo

E-DOCS - CÓPIA DO PROCESSO 2025-PZM0L GERADO POR

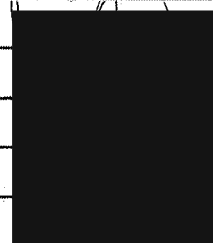
PROCESSO: 1543/2025

FOLHA: 27

RUBRICA:

21/02/2025: - Ao Sde de Concursos para, conhecimento e prosseguimento, considerando a publicação de lei autorizada.

O Minuta de acordo com as exigências legais, compatível com a obra e obrigações definidas, não havendo obra legal ao prosseguimento.





INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 24/02/2025 13:50:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por [REDACTED] (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)
Valor Legal: CÓPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-G31B9F>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

TERMO DE DOAÇÃO N.º 001/2025
Processo 2025-PZM0L (Original 1543/2024)

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados, de um lado, **MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.723.570/0001-33, com sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro, Vargem Alta – ES, CEP: 29.295-000, neste ato representado por [REDACTED] doravante denominado **DONATÁRIO** e a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, devidamente inscrita [REDACTED] número funcional 4050355, doravante denominado (a) **DOADOR**, resolvem firmar o presente **TERMO DE DOAÇÃO**, amparados pela Lei Municipal Nº 1543, de 21, de fevereiro de 2025 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto deste TERMO DE DOAÇÃO o bem imóvel abaixo relacionado, pertencente ao município de Vargem Alta:

1.1.1 Uma área de terreno com edificações medindo 674,05 m² (seiscentos e setenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados) e com um perímetro de 114,13 m (cento e quatorze metros e treze centímetros quadrados), localizado na Praça Padre Olívio, s/n, Jaciguá, Vargem Alta – ES (Auto de imissão de posse – Processo nº 0000260-26.2022.8.08.0061).

Patrimônio nº 7695

1.2. A presente doação tem por finalidade a utilização do terreno para a ampliação da EEEFM Agostinho Agrizzi, localizada no distrito de Jaciguá, mediante a construção de quadra poliesportiva e auditório, objetivando melhorar as instalações da instituição de ensino, com vistas a atender a Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE nº 3.777/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - Das Obrigações

2.1. Para fiel cumprimento do objeto pactuado na Cláusula Primeira deste TERMO DE DOAÇÃO, as partes se obrigam a:

2.1.1. O DONATÁRIO

- receber a propriedade do bem ora doado, mediante assinatura do Termo de Entrega e Recebimento;
- adotar as medidas necessárias à transferência de titularidade patrimonial dos bens doados junto ao(s) órgão(s) competente(s) e suportar as despesas decorrentes da transferência, manutenção, conservação e guarda ou quaisquer outros ônus financeiros decorrentes da doação;

31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro, Vargem Alta – ES CEP: 29.295-000 Tel: (28) 3528-1900/ 99968-8191



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

- c) disponibilizar os meios necessários para a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;
- d) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
- e) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) DOADOR(A);
- f) comunicar ao DOADOR(A) qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto;

2.1.2. O DOADOR

- a) transferir a propriedade dos bens concedidos, conforme relacionados na Cláusula Primeira;
- b) executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do(a) DONATÁRIO(A);
- c) acatar as orientações do(a) DONATÁRIO(A), prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
- d) observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
- e) o DOADOR não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, pela evicção do bem doado ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual;
- f) acompanhar, orientar e supervisionar a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;

CLÁUSULA TERCEIRA – Das condições especiais

3.1. O DONATÁRIO passará a ter plena e irrestrita gestão sobre os bens recebidos, sendo facultada a alienação, quando os bens objeto da doação se tornarem inservíveis ou obsoletos, observando as normas legais aplicáveis na hipótese de alienação.

3.2. Os recursos financeiros que forem arrecadados pelo DONATÁRIO, com a alienação autorizada, deverão ser obrigatoriamente e integralmente aplicados em ações que visem ao desenvolvimento local e, preferencialmente, nas mesmas finalidades estipuladas quando da doação dos bens pelo Município.

3.3. O DONATÁRIO não poderá utilizar o bem doado em desacordo com as finalidades descritas na Cláusula Primeira do presente TERMO DE DOAÇÃO, sob pena de reversão.

3.4. Em nenhuma hipótese, o DONATÁRIO terá direito a ressarcimento, por parte do DOADOR, das despesas com manutenção do bem, se antes não tiver havido ajuste neste sentido.

CLÁUSULA QUARTA – Da revogação, da indenização, das penalidades, da reversão e do distrato

4.1. O descumprimento deste Contrato de Doação acarretará a revogação da doação, nos termos do art. 555 do Código Civil, devendo o DONATÁRIO devolver o(s) bem(ns) doado(s), arcando com os custos da devolução, e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) bem(s), no prazo de 10 dias, contados da comunicação efetuada pelo DOADOR.

4.1.1. O DONATÁRIO deverá, ainda, pagar indenização ao DOADOR no valor correspondente à depreciação do bem devolvido por ocasião da revogação, ou seu valor integral no caso de não devolução.

4.2. Constituído o débito em favor do DOADOR pela ausência de pagamento da indenização prevista na Cláusula 4.1.1, caberá a adoção das medidas judiciais e administrativas pertinentes.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

4.3. Caso cessem quaisquer das razões que justificaram a doação ou ocorra qualquer inadimplemento das obrigações assumidas pelo DONATÁRIO, o(s) bem(s) reverterá(ão) ao patrimônio do DOADOR, sem qualquer direito a indenização ao DONATÁRIO e sem necessidade de qualquer medida extrajudicial ou judicial.

4.4. O presente TERMO DE DOAÇÃO poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do DOADOR, quanto do DONATÁRIO, mediante prévia manifestação da Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA QUINTA – Das vedações

5.1. Fica vedado na execução do presente TERMO DE DOAÇÃO sua utilização para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no pelo DOADOR(A);

Parágrafo único Caso algum servidor receba qualquer espécie de retribuição pecuniária ou não, diretamente do(a) DOADOR(A) como forma de pagamento pelos serviços prestados, caracterizará infração administrativa e estatutária de natureza grave a ser apurada através de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da legislação municipal vigente, sem prejuízo de eventual ação de natureza penal.

CLAÚSULA SEXTA – Do Acompanhamento da Execução

6.1. O DONATÁRIO fará o acompanhamento da execução do objeto do presente TERMO DE DOAÇÃO, com a avaliação técnica relativa aos serviços executados, a fim de verificar a sua correta utilização, até o alcance dos seus objetivos.

6.2. Fica nomeado (a) o (a) servidor (a) [REDACTED] Subsecretário Municipal de Educação como gestor deste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)

7.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da parceria firmada, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3. A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, pela entidade, obrigando-se ela a tratar os dados do MUNICÍPIO que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade. (art. 7º, LGPD)

7.4. Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se a entidade a executar o objeto do TERMO DE DOAÇÃO e tratar os dados do MUNICÍPIO respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação. (Art. 6º, LGPD)

7.5. A entidade deverá prestar, no prazo fixado pelo DOADOR, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

7.6. A entidade se obriga a garantir a confidencialidade dos dados coletados do MUNICÍPIO por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo. (art. 50, LGPD)

7.7. É dever da entidade orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.8. Eventuais dados coletados pela entidade serão arquivados por esta somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD)

7.9. O TERMO DE DOAÇÃO está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA OITAVA – Do Foro

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vargem Alta-ES, para dirimir qualquer controvérsia fundada no presente TERMO DE DOCAÇÃO.

8.2. E por estarem justos e conveniados, de acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito legal, perante as testemunhas abaixo assinadas.

Vargem Alta-ES, 25 de fevereiro de 2025.

**Prefeito Municipal
PELO DOADOR**

**Secretário de Estado da Educação
PELO DONATÁRIO**

Testemunhas:

1

2

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

ASSESSOR
ACONV - SEGAB - PMVA
assinado em 24/02/2025 14:20:37 -03:00

PREFEITO MUNICIPAL
SGAPM - GAPM - PMVA
assinado em 24/02/2025 14:21:48 -03:00

ADMINISTRADOR
ACONV - SEGAB - PMVA
assinado em 24/02/2025 14:21:05 -03:00

RECUSOU-SE A ASSINAR

CIDADAO
Recusou-se a assinar em 14/04/2025 16:05:41 -03:00
Justificativa: Processo será analisado por esta Secretaria.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 14/04/2025 16:05:41 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-ZBQVDJ>



TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L

Disponível em <https://e-docs.es.gov.br/p/2025-PZM0L>



Realizado em: **25/04/2025 16:33:21** - Horário de Brasília - UTC-3

LOCAL

PMVA - SEGAB - ACONV - ASSESSORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

DOCUMENTOS ENTRANHADOS (2)

#3 - 2025-ZBQVDJ - Termo de doação 001-2025

#4 - 2025-KBR922 - TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L

JUSTIFICATIVA

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:



ASSESSOR

ACONV - SEGAB - PMVA

assinado em 25/04/2025 16:33:21 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 25/04/2025 16:33:21 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por [REDACTED] (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-KBR922>



TERMO DE DESPACHO DE PROCESSO 2025-PZM0L

Disponível em <https://e-docs.es.gov.br/p/2025-PZM0L>



Realizado em: **25/04/2025 16:34:13** - Horário de Brasília - UTC-3

ORIGEM

PMVA - SEGAB - ACONV - ASSESSORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

DESTINO

PMVA - GAPM - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

DOCUMENTO ENTRANHADO

#5 - 2025-80KJ9J - TERMO DE DESPACHO DO PROCESSO 2025-PZM0L

MENSAGEM

Para conhecimento, tendo em vista a recusa de assinatura por parte do Estado.

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:



ASSESSOR

ACONV - SEGAB - PMVA

assinado em 25/04/2025 16:34:13 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 25/04/2025 16:34:13 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por [REDACTED] (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-80KJ9J>



TERMO DE DESPACHO DE PROCESSO

2025-PZM0L

Disponível em <https://e-docs.es.gov.br/p/2025-PZM0L>



Realizado em: **27/05/2025 16:36:59** - Horário de Brasília - UTC-3

ORIGEM

PMVA - GAPM - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

DESTINO

PMVA - SEGAB - ACONV - ASSESSORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

DOCUMENTO ENTRANHADO

#6 - 2025-5TPLZ1 - TERMO DE DESPACHO DO PROCESSO 2025-PZM0L

MENSAGEM

Considerando nova comunicação com a Sedu, solicitamos a captura do documento novamente.

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

[REDACTED]
PREFEITO MUNICIPAL
SGAPM - GAPM - PMVA
assinado em 27/05/2025 16:36:59 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/05/2025 16:36:59 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por **[REDACTED]** (PREFEITO MUNICIPAL - SGAPM - GAPM - PMVA)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-5TPLZ1>



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

TERMO DE DOAÇÃO N.º 001/2025
Processo 2025-PZM0L (Original 1543/2024)

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados, de um lado, **MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.723.570/0001-33, com sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro, Vargem Alta – ES, CEP: 29.295-000, neste ato representado por [REDACTED] matrícula 010733, doravante denominado **DOADOR** e a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED] – [REDACTED] neste ato representada por [REDACTED] número funcional 4050355, doravante denominado (a) **DONATÁRIO**, resolvem firmar o presente **TERMO DE DOAÇÃO**, amparados pela Lei Municipal Nº 1543, de 21, de fevereiro de 2025 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

1.1. Constitui objeto deste TERMO DE DOAÇÃO o bem imóvel abaixo relacionado, pertencente ao município de Vargem Alta:

1.1.1 Uma área de terreno com edificações medindo 674,05 m² (seiscentos e setenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados) e com um perímetro de 114,13 m (cento e quatorze metros e treze centímetros quadrados), localizado na Praça Padre Olívio, s/n, Jaciguá, Vargem Alta – ES (Auto de imissão de posse – Processo nº 0000260-26.2022.8.08.0061), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Vargem Alta sob a Matrícula nº. 4.475, Livro 02, Ficha 01 - **Patrimônio nº 7695**

1.2. A presente doação tem por finalidade a utilização do terreno para a ampliação da EEEFM Agostinho Agrizzi, localizada no distrito de Jaciguá, mediante a construção de quadra poliesportiva e auditório, objetivando melhorar as instalações da instituição de ensino, com vistas a atender a Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE nº 3.777/2014.

CLAÚSULA SEGUNDA - Das Obrigações

2.1. Para fiel cumprimento do objeto pactuado na Cláusula Primeira deste TERMO DE DOAÇÃO, as partes se obrigam a:

2.1.1. O DONATÁRIO

- receber a propriedade do bem ora doado, mediante assinatura do Termo de Entrega e Recebimento;
- adotar as medidas necessárias à transferência de titularidade patrimonial dos bens doados junto ao(s) órgão(s) competente(s) e suportar as despesas decorrentes da

31.723.570/0001-33

Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro, Vargem Alta – ES CEP: 29.295-000 Tel: (28) 3528-1900/ 99968-8191



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

transferência, manutenção, conservação e guarda ou quaisquer outros ônus financeiros decorrentes da doação;

- c) disponibilizar os meios necessários para a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;
- d) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
- e) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) DOADOR(A);
- f) comunicar ao DOADOR(A) qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto;

2.1.2. O DOADOR

- a) transferir a propriedade dos bens concedidos, conforme relacionados na Cláusula Primeira;
- b) executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do(a) DONATÁRIO(A);
- c) acatar as orientações do(a) DONATÁRIO(A), prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
- d) observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
- e) o DOADOR não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, pela evicção do bem doado ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual;
- f) acompanhar, orientar e supervisionar a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;

CLÁUSULA TERCEIRA – Das condições especiais

3.1. O DONATÁRIO passará a ter plena e irrestrita gestão sobre os bens recebidos, sendo facultada a alienação, quando os bens objeto da doação se tornarem inservíveis ou obsoletos, observando as normas legais aplicáveis na hipótese de alienação.

3.2. Os recursos financeiros que forem arrecadados pelo DONATÁRIO, com a alienação autorizada, deverão ser obrigatoriamente e integralmente aplicados em ações que visem ao desenvolvimento local e, preferencialmente, nas mesmas finalidades estipuladas quando da doação dos bens pelo Município.

3.3. O DONATÁRIO não poderá utilizar o bem doado em desacordo com as finalidades descritas na Cláusula Primeira do presente TERMO DE DOAÇÃO, sob pena de reversão.

3.4. Em nenhuma hipótese, o DONATÁRIO terá direito a ressarcimento, por parte do DOADOR, das despesas com manutenção do bem, se antes não tiver havido ajuste neste sentido.

CLÁUSULA QUARTA – Da revogação, da indenização, das penalidades, da reversão e do distrato

4.1. O descumprimento deste Contrato de Doação acarretará a revogação da doação, nos termos do art. 555 do Código Civil, devendo o DONATÁRIO devolver o(s) bem(ns) doado(s), arcando com os custos da devolução, e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s) bem(s), no prazo de 10 dias, contados da comunicação efetuada pelo DOADOR.

4.1.1. O DONATÁRIO deverá, ainda, pagar indenização ao DOADOR no valor correspondente à depreciação do bem devolvido por ocasião da revogação, ou seu valor integral no caso de não devolução.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

4.2. Constituído o débito em favor do DOADOR pela ausência de pagamento da indenização prevista na Cláusula 4.1.1, caberá a adoção das medidas judiciais e administrativas pertinentes.

4.3. Caso cessem quaisquer das razões que justificaram a doação ou ocorra qualquer inadimplemento das obrigações assumidas pelo DONATÁRIO, o(s) bem(s) reverterá(ão) ao patrimônio do DOADOR, sem qualquer direito a indenização ao DONATÁRIO e sem necessidade de qualquer medida extrajudicial ou judicial.

4.4. O presente TERMO DE DOAÇÃO poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do DOADOR, quanto do DONATÁRIO, mediante prévia manifestação da Procuradoria Geral do Município.

CLÁUSULA QUINTA – Das vedações

5.1. Fica vedado na execução do presente TERMO DE DOAÇÃO sua utilização para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no pelo DOADOR(A);

Parágrafo único Caso algum servidor receba qualquer espécie de retribuição pecuniária ou não, diretamente do(a) DOADOR(A) como forma de pagamento pelos serviços prestados, caracterizará infração administrativa e estatutária de natureza grave a ser apurada através de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da legislação municipal vigente, sem prejuízo de eventual ação de natureza penal.

CLAÚSULA SEXTA – Do Acompanhamento da Execução

6.1. O DONATÁRIO fará o acompanhamento da execução do objeto do presente TERMO DE DOAÇÃO, com a avaliação técnica relativa aos serviços executados, a fim de verificar a sua correta utilização, até o alcance dos seus objetivos.

6.2. Fica nomeado (a) o (a) servidor (a) Samuel Cole Pereira das Neves – Subsecretário Municipal de Educação como gestor deste TERMO DE DOAÇÃO.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)

7.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da parceria firmada, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3. A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, pela entidade, obrigando-se ela a tratar os dados do MUNICÍPIO que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade. (art. 7º, LGPD)

7.4. Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se a entidade a executar o objeto do TERMO DE DOAÇÃO e tratar os dados do MUNICÍPIO respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação. (Art. 6º, LGPD)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM ALTA

Estado do Espírito Santo

7.5. A entidade deverá prestar, no prazo fixado pelo DOADOR, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.6. A entidade se obriga a garantir a confidencialidade dos dados coletados do MUNICÍPIO por meio de uma política interna de privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo. (art. 50, LGPD)

7.7. É dever da entidade orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.8. Eventuais dados coletados pela entidade serão arquivados por esta somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD)

7.9. O TERMO DE DOAÇÃO está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA OITAVA – Do Foro

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vargem Alta-ES, para dirimir qualquer controvérsia fundada no presente TERMO DE DOCAÇÃO.

8.2. E por estarem justos e conveniados, de acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito legal.

Vargem Alta-ES, 25 de junho de 2025.

**Prefeito Municipal
PELO DOADOR**

**Secretário de Estado da Educação
PELO DONATÁRIO**

Testemunhas:

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

PREFEITO MUNICIPAL
SGAPM - GAPM - PMVA
assinado em 25/06/2025 16:12:04 -03:00

CIDADAO
assinado em 26/06/2025 13:35:26 -03:00

ASSESSOR
ACONV - SEGAB - PMVA
assinado em 25/06/2025 15:52:27 -03:00

OFICIAL ADMINISTRATIVO
GASEGAB - SEGAB - PMVA
assinado em 25/06/2025 15:53:36 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/06/2025 13:35:27 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)
Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-X55GHN>



TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L

Disponível em <https://e-docs.es.gov.br/p/2025-PZM0L>



Realizado em: **26/06/2025 14:38:35** - Horário de Brasília - UTC-3

LOCAL

PMVA - SEGAB - ACONV - ASSESSORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

DOCUMENTOS ENTRANHADOS (2)

#7 - 2025-X55GHN - Termo de doação

#8 - 2025-7HRWNJ - TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L

JUSTIFICATIVA

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

[Redacted Signature]

ASSESSOR
ACONV - SEGAB - PMVA
assinado em 26/06/2025 14:38:35 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 26/06/2025 14:38:35 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por [Redacted] (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-7HRWNJ>

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem assim justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza seus efeitos legais.

Vargem Alta/ES, 26 de junho de 2025.

Prefeito Municipal de Vargem Alta

Diretor do CEET Giuseppe Altoé

TERMO ADITIVO 001 AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2023

Processo 2025-P517H (Proc. Original Nº 3579/2023)

1º Aditivo

Processo Nº 2475/2024

2º Aditivo

Processo 2025-ZKPBJ

TERMO ADITIVO Nº 001 AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2023 QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E A ASSOCIAÇÃO PROTETORES POR AMOR.

O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público, com Sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro, Vargem Alta-ES, inscrita no CNPJ nº 31.723.570/0001-33, neste ato representado pelo Prefeito Municipal [REDACTED] doravante denominado CEDENTE e, de outro lado a ASSOCIAÇÃO PROTETORES POR AMOR, entidade privada sem fins lucrativos, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED], neste ato representado por [REDACTED], doravante denominado (a) ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – OSC, resolvem firmar o presente ADITIVO 002 AO TERMO DE FOMENTO Nº 005/2023, amparados pela Lei Federal Nº 13.019/2014 e alterações, Instrução Normativa Nº 001/2016 (Versão 02) e Lei Municipal Nº 1401, de 29 de agosto de 2022 e mediante as Cláusula e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

- 1.1. Fica alterado o prazo de vigência do presente termo de fomento até **30 de junho de 2026**, conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a execução de seu objeto, prorrogáveis por igual período, mediante Termo Aditivo de Prazo, salvo denúncia por escrito de qualquer dos partícipes, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- 1.2. Fica aditivado o valor de **R\$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais)**, a ser repassado em 12 (doze) parcelas de **R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais)**, correndo as despesas à conta da Secretaria Municipal de Agricultura:

Exercício 2024

Órgão:	130 - Secretaria Municipal de Agricultura
Projeto/ Atividade:	130100.2060500302.089 - Manutenção e desenvolvimento das atividades agrícolas
Ficha:	500

Elemento de Despesa:	33504300000 - Subvenções sociais
Fonte/ Recurso:	25000000999 – recursos não vinculados de impostos e transferências de impostos
Valor:	39.000,00 (trinta e nove mil reais)

1.3 Os demais valores necessários à consecução do objeto serão consignados no orçamento vigente.

CLAUSULA SEGUNDA - Das disposições gerais

- 2.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas, condições e obrigações do termo de fomento primitivo e não modifica expressamente neste **TERMO ADITIVO Nº 002**.
- 2.2. E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (Três) vias de igual teor e forma, as quais foram lidas e assinadas pelas partes.

Vargem Alta-ES, 26 de junho de 2025.

Prefeito Municipal
Pelo MUNICÍPIO

Presidente da Associação Protetores por Amor

PELA OSC

TERMO DE DOAÇÃO N.º 001/2025

Processo 2025-PZM0L (Original 1543/2024)

TERMO DE DOAÇÃO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA E A SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO.

Pelo presente instrumento particular, os abaixo-assinados, de um lado, **MUNICÍPIO DE VARGEM ALTA**, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 31.723.570/0001-33, com sede na Rua Vereador Pedro Israel David, s/n, Centro, Vargem Alta – ES, CEP: 29.295-000, neste ato representado por [REDACTED], doravante denominado **DOADOR** e a **SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº [REDACTED], número funcional 4050355, doravante denominado (a) **DONATÁRIO**, resolvem firmar o presente **TERMO DE DOAÇÃO**, amparados pela Lei Municipal Nº 1543, de 21, de fevereiro de 2025 e mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto

- 1.1. Constitui objeto deste **TERMO DE DOAÇÃO** o bem imóvel abaixo relacionado, pertencente ao município de Vargem Alta:
- 1.1.1 Uma área de terreno com edificações medindo 674,05 m² (seiscentos e setenta e quatro metros e cinco centímetros quadrados) e com um perímetro de 114,13 m (cento e quatorze metros e treze centímetros quadrados), localizado na Praça Padre Olívio, s/n, Jaciguá, Vargem Alta – ES (Auto de imissão de posse – Processo nº 0000260-26.2022.8.08.0061), devidamente registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Vargem Alta sob a Matrícula nº. 4.475, Livro 02, Ficha 01 - **Patrimônio nº 7695**
- 1.2. A presente doação tem por finalidade a utilização do terreno para a ampliação da EEEFM Agostinho Agrizzi, localizada no distrito de Jaciguá, mediante a construção de quadra poliesportiva e auditório,

¹ Os dados dos representantes estão registrados no CADASTRO do Município de Vargem Alta, estando os mesmos disponíveis para os órgãos de fiscalização e controle, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

objetivando melhorar as instalações da instituição de ensino, com vistas a atender a Resolução do Conselho Estadual de Educação – CEE nº 3.777/2014.

CLAUSULA SEGUNDA - Das Obrigações

2.1. Para fiel cumprimento do objeto pactuado na Cláusula Primeira deste TERMO DE DOAÇÃO, as partes se obrigam a:

2.1.1. O DONATÁRIO

- a) receber a propriedade do bem ora doado, mediante assinatura do Termo de Entrega e Recebimento;
- b) adotar as medidas necessárias à transferência de titularidade patrimonial dos bens doados junto ao(s) órgão(s) competente(s) e suportar as despesas decorrentes da transferência, manutenção, conservação e guarda ou quaisquer outros ônus financeiros decorrentes da doação;
- c) disponibilizar os meios necessários para a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;
- d) proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto;
- e) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo(a) DOADOR(A);
- f) comunicar ao DOADOR(A) qualquer falha e/ou irregularidade na execução do objeto;

2.1.2. O DOADOR

- a) transferir a propriedade dos bens concedidos, conforme relacionados na Cláusula Primeira;
- b) executar integralmente o objeto, conforme ofertado na proposta de doação, observados a legislação em vigor, bem como as orientações complementares do(a) DONATÁRIO(A);
- c) acatar as orientações do(a) DONATÁRIO(A), prestando os esclarecimentos e atendendo às solicitações;
- d) observar e guardar sigilo sobre informações a que tiver acesso em virtude da doação;
- e) o DOADOR não se responsabilizará por qualquer vício redibitório, pela evicção do bem doado ou qualquer outra forma de responsabilização contratual ou extracontratual;
- f) acompanhar, orientar e supervisionar a execução deste TERMO DE DOAÇÃO;

CLAUSULA TERCEIRA – Das condições especiais

3.1. O DONATÁRIO passará a ter plena e irrestrita gestão sobre os bens recebidos, sendo facultada a alienação, quando os bens objeto da doação se tornarem inservíveis ou obsoletos, observando as normas legais aplicáveis na hipótese de alienação.

3.2. Os recursos financeiros que forem arrecadados pelo DONATÁRIO, com a alienação autorizada, deverão ser obrigatoriamente e integralmente aplicados em ações que visem ao desenvolvimento local e, preferencialmente, nas mesmas finalidades estipuladas quando da doação dos bens pelo Município.

3.3. O DONATÁRIO não poderá utilizar o bem doado em desacordo com as finalidades descritas na Cláusula Primeira do presente TERMO DE DOAÇÃO, sob pena de reversão.

3.4. Em nenhuma hipótese, o DONATÁRIO terá direito a ressarcimento, por parte do DOADOR, das despesas com manutenção do bem, se antes não tiver havido ajuste neste sentido.

CLAUSULA QUARTA – Da revogação, da indenização, das penalidades, da reversão e do distrato

4.1. O descumprimento deste Contrato de Doação acarretará a revogação da doação, nos termos do art. 555 do Código Civil, devendo o DONATÁRIO devolver o(s) bem(ns) doado(s), arcando com os custos da devolução, e sem qualquer ônus financeiro pendente sobre o(s)

bem(s), no prazo de 10 dias, contados da comunicação efetuada pelo DOADOR.

4.1.1. O DONATÁRIO deverá, ainda, pagar indenização ao DOADOR no valor correspondente à depreciação do bem devolvido por ocasião da revogação, ou seu valor integral no caso de não devolução.

4.2. Constituído o débito em favor do DOADOR pela ausência de pagamento da indenização prevista na Cláusula 4.1.1, caberá a adoção das medidas judiciais e administrativas pertinentes.

4.3. Caso cessem quaisquer das razões que justificaram a doação ou ocorra qualquer inadimplemento das obrigações assumidas pelo DONATÁRIO, o(s) bem(s) reverterá(ão) ao patrimônio do DOADOR, sem qualquer direito a indenização ao DONATÁRIO e sem necessidade de qualquer medida extrajudicial ou judicial.

4.4. O presente TERMO DE DOAÇÃO poderá ser distratado, consoante prevê o art. 472 do Código Civil, desde que haja manifestação expressa tanto do DOADOR, quanto do DONATÁRIO, mediante prévia manifestação da Procuradoria Geral do Município.

CLAUSULA QUINTA – Das vedações

5.1. Fica vedado na execução do presente TERMO DE DOAÇÃO sua utilização para fins publicitários, ressalvada, após a entrega dos bens ou o início da prestação dos serviços objeto da doação, a menção informativa da doação no pelo DOADOR(A);

Parágrafo único Caso algum servidor receba qualquer espécie de retribuição pecuniária ou não, diretamente do(a) DOADOR(A) como forma de pagamento pelos serviços prestados, caracterizará infração administrativa e estatutária de natureza grave a ser apurada através de Processo Administrativo Disciplinar, nos termos da legislação municipal vigente, sem prejuízo de eventual ação de natureza penal.

CLAUSULA SEXTA – Do Acompanhamento da Execução

6.1. O DONATÁRIO fará o acompanhamento da execução do objeto do presente TERMO DE DOAÇÃO, com a avaliação técnica relativa aos serviços executados, a fim de verificar a sua correta utilização, até o alcance dos seus objetivos.

6.2. Fica nomeado (a) o (a) servidor (a) Samuel Cole Pereira das Neves – Subsecretário Municipal de Educação como gestor deste TERMO DE DOAÇÃO.

CLAUSULA SÉTIMA – Da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018)

7.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão da parceria firmada, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3. A Lei Geral de Proteção de Dados será obedecida, em todos os seus termos, pela entidade, obrigando-se ela a tratar os dados do MUNICÍPIO que forem eventualmente coletados, conforme sua necessidade ou obrigatoriedade. (art. 7º, LGPD)

7.4. Conforme prevê a Lei Geral de Proteção de Dados, obriga-se a entidade a executar o objeto do TERMO DE DOAÇÃO e tratar os dados do MUNICÍPIO respeitando os princípios da finalidade, adequação, transparência, livre acesso, segurança, prevenção e não discriminação. (Art. 6º, LGPD)

7.5. A entidade deverá prestar, no prazo fixado pelo DOADOR, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.6. A entidade se obriga a garantir a confidencialidade dos dados coletados do MUNICÍPIO por meio de uma política interna de

privacidade, a fim de respeitar, por si, seus funcionários e seus prepostos, o objetivo do presente termo. (art. 50, LGPD)

7.7. É dever da entidade orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.8. Eventuais dados coletados pela entidade serão arquivados por esta somente pelo tempo necessário para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados, excetuando-se os que se enquadrarem no disposto no artigo 16, I da Lei Geral de Proteção de Dados. (art. 15, LGPD)

7.9. O TERMO DE DOAÇÃO está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA OITAVA – Do Foro

8.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Vargem Alta-ES, para dirimir qualquer controvérsia fundada no presente TERMO DE DOAÇÃO.

8.2. E por estarem justos e convenientes, de acordo com as cláusulas e condições ora fixadas, firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito legal.

Vargem Alta-ES, 25 de junho de 2025.

Prefeito Municipal

PELO DOADOR

Secretário de Estado da Educação

PELO DONATÁRIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ERRATA DE PUBLICAÇÃO

No Órgão Oficial do Município de Vargem Alta/ES, do dia 25 de junho de 2025, edição nº 2621 – Portaria nº 015, de 25 de junho de 2025.

ONDE SE LÊ:

Vargem Alta – ES, 02 de julho de 2025.

LEIA-SE:

Vargem Alta – ES, 25 de junho de 2025.

Vargem Alta – ES, 26 de junho de 2025.

Secretário Municipal de Administração

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

TERMO DE ADESÃO - GESTÃO PRESENTE NA ESCOLA - GPE

A Secretaria Estadual/Municipal/Prefeitura/Rede Federal de Vargem Alta - ES, neste ato representado pelo **Secretário(a) Municipal de Educação**, portador do CPF, resolve

FIRMAR o presente ACORDO DE ADESÃO

tendo em vista o que consta do Processo n. 23000.007281/2025-93 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.531, de 16 de maio de 2023 e da Portaria SEGES/MGI nº 1.605, de 14 de março de 2024, bem como da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da Portaria MEC nº 234, de 02 de abril de 2025, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto do presente Acordo de Adesão acessório é a disponibilização e utilização do módulo Gestão Presente na Escola - GPE, no âmbito do Sistema Gestão Presente, integrantes da plataforma MEC Gestão Presente, ao qual o aderente formalizou sua adesão.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO:

1. disponibilizar o módulo GPE ao ente aderente, responsabilizando-se por seu desenvolvimento;
2. fornecer ao ente aderente formação e apoio técnico contínuo para a adequada utilização do módulo GPE;
3. tratar os dados compartilhados pelo ente aderente por meio do GPE, com registro de suas operações, observadas as finalidades dispostas na Portaria MEC nº 234, de 02 de abril de 2025 e a legislação aplicável;
4. fornecer ao ente aderente, quando pertinente, resultados de avaliações relacionadas à execução do presente Acordo, notadamente aquelas que analisem aspectos administrativos e educacionais do primeiro, com base nos dados compartilhados por meio do GPE;
5. divulgar o módulo GPE, visando gerar engajamento, mobilização e comprometimento;
6. registrar o presente Acordo de Adesão acessório em sistema eletrônico do Ministério; e
7. disponibilizar o plano de operacionalização, detalhando as etapas e prazos para a adoção dos instrumentos e soluções digitais do MEC Gestão Presente.

3.3 DAS OBRIGAÇÕES DO ADERENTE:

1. utilizar as funcionalidades disponibilizadas por meio do GPE, fornecendo orientação contínua e ostensiva aos estabelecimentos educacionais e funcionários vinculados a sua rede;
2. compartilhar com o MEC os dados, inclusive pessoais, necessários para a execução do presente Acordo, em periodicidade e padrões definidos pelo primeiro;
3. responsabilizar-se pela divulgação do GPE em nível local, mobilizando a comunidade e suas lideranças, os pais e responsáveis, bem como os meios políticos e administrativos;
4. acessar a assistência técnica da União para operacionalização do GPE, garantindo a participação de todos os atores necessários para a consecução desse objetivo, inclusive com a adequada disponibilização de recursos de tecnologia da informação;
5. realizar o tratamento dos dados relativos a sua rede que estejam inseridos no contexto do GPE, com registro das operações, compartilhando os resultados desse tratamento com o MEC, quando pertinente; e
6. observar o cronograma de implementação definido pelo MEC, previsto no plano de operacionalização, cumprindo rigorosamente as etapas e prazos estabelecidos para a execução do MEC Gestão Presente.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

4.1. Da cooperação mútua. Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos participantes quaisquer remunerações.

4.2. Dos recursos humanos. Os recursos humanos utilizados, em decorrência das atividades deste Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação, não acarretarão quaisquer ônus ao outro participante e não implicarão cessão de servidores.



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/06/2025 12:50:26 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)
por [REDACTED] (ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)
Valor Legal: COPIA SIMPLES | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-B2HGZL>



TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L

Disponível em <https://e-docs.es.gov.br/p/2025-PZM0L>



Realizado em: **27/06/2025 12:50:33** - Horário de Brasília - UTC-3

LOCAL

PMVA - SEGAB - ACONV - ASSESSORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

DOCUMENTOS ENTRANHADOS (2)

#9 - 2025-B2HGZL - Publ Termo de doação

#10 - 2025-JQXGH0 - TERMO DE ENTRANHAMENTO DO PROCESSO 2025-PZM0L

JUSTIFICATIVA

ASSINATURA

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

[Redacted Signature]

ASSESSOR

ACONV - SEGAB - PMVA

assinado em 27/06/2025 12:50:33 -03:00



INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO

Documento capturado em 27/06/2025 12:50:33 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por [Redacted] ASSESSOR - ACONV - SEGAB - PMVA)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2025-JQXGH0>